


REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES APÓS AFASTAMENTO PATERNO POR VIOLÊNCIA CONJUGAL: NARRATIVAS MATERNAS

Joana D'arc Ferreira Lopes Santos¹ 


Nadirlene Pereira Gomes¹ 

Moniky Araújo da Cruz¹ 

Maria Carolina Ortiz Whitaker¹ 

Maria Deolinda Antunes Luz Lopes Dias Mauricio² 

Keile Kemyly Assis da Silva³ 

Mayana Bonfim Ferreira¹ 

¹Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Salvador, Bahia, Brasil.

²Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Lisboa, Portugal.

³Universidade Federal da Bahia. Escola de enfermagem. Salvador, Bahia, Brasil.

RESUMO

Objetivo: Desvelar as repercussões psicológicas percebidas por mães em crianças e adolescentes após o afastamento paterno por violência conjugal.

Método: Estudo de caráter descritivo-exploratório e abordagem qualitativa desenvolvido com as genitoras em processo judicial por violência conjugal junto à 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Salvador, Bahia, Brasil. A coleta de dados ocorreu entre setembro e novembro de 2021 através de entrevista realizada por aplicativo de reunião virtual, sendo guiada por formulário semiestruturado. As entrevistas foram gravadas, mediante autorização e, posteriormente, convertidas para a versão escrita com apoio do Microsoft Word. Os dados foram organizados por meio da análise de conteúdo temático, proposto por Bardin.

Resultados: Esta pesquisa foi realizada com oito mulheres/mães na faixa etária de 29 a 39 anos majoritariamente autodeclaradas negras, evangélicas, solteiras e com ensino médio completo. No momento da entrevista, as mulheres tinham de seis meses a um ano e meio de separadas, tendo convivido com o pai das crianças e adolescentes de 7 a 15 anos e, na sua maioria, tinha um único filho, cuja idade variava entre 5 e 15 anos. Como resultados das entrevistas emergiram três categorias: Emocionais, Comportamentais e Psíquicas.

Conclusão: O estudo revela que, após o afastamento paterno decorrente de medida protetiva às mães com história de violência conjugal, crianças e adolescentes apresentam repercussões de ordem emocional, comportamental e psíquica. O estudo pode contribuir no fortalecimento do cuidado psicológico de crianças/adolescentes que experienciaram a violência, munindo profissionais de subsídios para traçar estratégias preventivas.

DESCRITORES: Criança. Adolescente. Violência doméstica. Sofrimento psicológico. Separação da família.

COMO CITAR: Santos JDFL, Gomes NP, Cruz MA, Whitaker MCO, Mauricio MDALLD, Silva KKA, Ferreira MB. Repercussões psicológicas em crianças e adolescentes após afastamento paterno por violência conjugal: narrativas maternas. *Texto Contexto Enferm* [Internet]. 2023 [acesso MÊS ANO DIA]; 32:e20220343. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0343pt>

PSYCHOLOGICAL REPERCUSSIONS ON CHILDREN AND ADOLESCENTS AFTER PATERNAL ESTRANGEMENT DUE TO CONJUGAL VIOLENCE: MATERNAL NARRATIVES

ABSTRACT

Objective: to unveil the psychological repercussions perceived by mothers on children and adolescents after paternal estrangement due to conjugal violence.

Method: this is a descriptive-exploratory study with a qualitative approach developed with mothers in legal proceedings for conjugal violence at the 2nd Domestic and Family Violence Court of Salvador, Bahia, Brazil. Data collection took place between September and November 2021 through interviews carried out using a virtual meeting application, guided by a semi-structured form. Interviews were recorded with authorization, and later converted to a written version with the support of Microsoft Word. Data were organized through thematic content analysis proposed by Bardin.

Results: this research was carried out with eight women/mothers aged 29 to 39 years, mostly self-declared black, evangelical, single and with complete high school. At the time of the interview, women had been separated from six months to a year and a half; lived with the father of children and children aged 7 to 15; and most of them had a single child, whose age ranged between 5 and 15 years. As results of the interviews, Emotional, Behavioral and Psychological categories emerged.

Conclusion: the study reveals that, after paternal estrangement resulting from protective measures for mothers with a history of conjugal violence, children and adolescents experience emotional, behavioral and psychological repercussions. The study can contribute to strengthening the psychological care of children/adolescents who have experienced violence, providing professionals with support to outline preventive strategies.

DESCRIPTORS: Child. Adolescent. Domestic violence. Psychological distress. Family separation.

REPERCUSIONES PSICOLÓGICAS EN NIÑOS Y ADOLESCENTES TRAS LA SEPARACIÓN PATERNA POR VIOLENCIA CONYUGAL: NARRATIVAS MATERNAS

RESUMEN

Objetivo: revelar las repercusiones psicológicas percibidas por las madres en niños y adolescentes luego del alejamiento paterno por violencia conyugal.

Método: estudio descriptivo-exploratorio con enfoque cualitativo desarrollado con madres en procesos judiciales por violencia conyugal en el 2^o Juzgado de Violencia Doméstica y Familiar de Salvador, Bahía, Brasil. La recolección de datos se realizó entre septiembre y noviembre de 2021 a través de entrevistas realizadas mediante una aplicación de reuniones virtuales, guiadas por un formulario semiestructurado. Las entrevistas fueron grabadas, previa autorización, y posteriormente convertidas a versión escrita con soporte de Microsoft Word. Los datos fueron organizados a través del análisis de contenido temático, propuesto por Bardin.

Resultados: esta investigación se realizó con ocho mujeres/madres de 29 a 39 años, en su mayoría autodeclaradas negras, evangélicas, solteras y con educación secundaria completa. En el momento de la entrevista, las mujeres llevaban separadas entre seis meses y un año y medio, y vivían con el padre de los niños y adolescentes de edades comprendidas entre 7 y 15 años y, la mayoría de ellos, tenían un solo hijo, cuya edad oscilaba entre 5 y 15 años. Como resultados de las entrevistas surgieron las categorías Emocional, Comportamental y Psíquica.

Conclusión: el estudio revela que, después del alejamiento paterno resultante de medidas de protección a madres con antecedentes de violencia conyugal, niños y adolescentes experimentan repercusiones emocionales, conductuales y psicológicas. El estudio puede contribuir a fortalecer la atención psicológica de niños/adolescentes que han vivido violencia, brindando apoyo a los profesionales para trazar estrategias preventivas.

DESCRIPTORES: Niño. Adolescente. Violencia doméstica. Distrés psicológico. Separación familiar.

INTRODUÇÃO

A violência conjugal está presente em vários lares afetando todos os envolvidos. No Brasil, em 2019, esse fenômeno atingiu 27% das brasileiras e, no mundo, a Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 736 milhões de mulheres sofrem com a violência, as quais, em sua maioria, possuem filhos¹. É neste cenário de conflitos e violência que estão inseridas crianças e adolescentes sofrendo e/ou presenciando o agravo em um momento da vida em que se encontram em pleno desenvolvimento. A permanência neste ambiente pode ocasionar repercussões a curtos, médios e longo prazo, nos aspectos comportamentais, afetivos, sociais e físicos dos infantojuvenis².

Ao se perceber na situação de violência e compreendendo que tal ambiente não é saudável nem para si e nem para suas/seus filhas(os), algumas mulheres rompem com a relação e denunciam o agressor. Em consequência deste ato e com o objetivo de resguardar a integridade da mulher, a justiça faz a expedição de Medidas de Proteção de Urgência, as quais não necessariamente são extensivas as(os) filhas(os)³. Ainda que não haja inclusão da prole, pelo entendimento que o contato pai e filho não é danoso à criança/adolescente, é comum que o pai acabe se afastando devido aos conflitos que envolvem o processo judicial⁴ e, por consequência acarretam perdas ou dificuldades na continuidade dos vínculos estabelecidos na díade pai-filho.

O vínculo afetivo é uma maneira de se relacionar com o outro no sentido de continuar ligado emocionalmente a este. Sobre isso, as relações de parentalidade podem modificar e influenciar diretamente nos processos psicológicos básicos de crianças e adolescentes, assim como impactar na aquisição da autonomia e autorregulação⁵. Estudo internacional reforça a importância do vínculo parental na aquisição de habilidades para um desenvolvimento maturacional equilibrado de crianças e adolescentes⁶. Por outro lado, dados na literatura evidenciam que quando os infantojuvenis não vivenciam um ambiente de afeto e de trocas, estas ausências podem acarretar dificuldades nos relacionamentos e/ou baixo desempenho escolar, adoção de comportamentos de risco e gerar danos emocionais significativos⁷.

Aliado a isso, a assistência prestada para crianças e adolescentes em situação de violência perpassa por diversos entraves que vêm vulnerabilizando ainda mais este público. Estudo de revisão apontou que, na sua maioria, os profissionais de saúde enfrentam dificuldades em identificar a violência infantil a exemplo da falta de tempo, preparo e de pessoal, além do medo de reportar o abuso⁸. Destaca-se que, embora as ações multidisciplinares voltadas às crianças e adolescentes imersas no contexto de violência sejam preconizadas na Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha³, estes serviços de proteção e atenção à mulher necessitam de uma maior articulação com os atores públicos no sentido de fortalecimento da integração entre as políticas que garantam a proteção integral à criança e adolescentes.

Sobre isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece a importância do papel paterno no desenvolvimento infantil e também a responsabilidade de resguardar este público das violações dos direitos. Entretanto, em situações de divórcio, sobretudo permeado pela violência, na qual o rompimento se dá de maneira conflituosa, o exercício da paternidade pode ser comprometido. A literatura científica, por sua vez, limita-se a compreender os aspectos envolvidos no rompimento e a traçar estratégias para fortalecer os vínculos e/ou promover o exercício da parentalidade, sem considerar a influência da violência intrafamiliar no impacto para crianças e adolescentes⁹. Portanto, é necessário estudar e conhecer as repercussões que crianças e adolescentes vêm experimentando com o afastamento paterno no contexto de violência.

Ante a necessidade de cuidado a este público e da compreensão das repercussões, este estudo poderá contribuir com a rede de enfrentamento na criação de estratégias. Estas, visando minimizar e manejar os impactos oriundos da experiência de violência, bem como orientar mães a fim

que encontrem caminhos viáveis para lidar com as demandas originadas de uma relação desfeita. Desta forma, este estudo objetiva desvelar as repercussões psicológicas percebidas por mães em crianças e adolescentes após o afastamento paterno por violência conjugal.

MÉTODO

Estudo de caráter descritivo-exploratório e abordagem qualitativa, a qual permite apreender experiências e saberes subjetivos das participantes. Deste modo, considerando o objetivo de compreender os impactos do afastamento paterno na perspectiva materna acredita-se que tal abordagem seja pertinente.

O estudo foi desenvolvido com as genitoras em processo judicial por violência conjugal junto à 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Salvador, Bahia, Brasil (2ª VVDFM). A 2ª VVDFM se constituiu um cenário favorável para o desenvolvimento dessa pesquisa por já ser parceira do grupo de pesquisa ao qual este estudo integra. As varas são responsáveis por analisar processos e julgar os casos de mulheres que tiveram seus direitos violados por algum indivíduo com quem se tinha um relacionamento íntimo e/ou as situações de violência que ocorreram no ambiente doméstico. Além disso, aplica medidas protetivas e encaminhamento para atendimentos de saúde, quando necessário, mas não dispõe de atendimentos especializados para as(os) filhas(os) das mulheres.

Quanto aos critérios de inclusão, participaram da pesquisa mulheres acompanhadas pela 2ª VVDFM, que tinham filhas(o) com os homens relacionados ao processo judicial com afastamento conjugal. Adotou-se como critério de exclusão apresentar instabilidade emocional no dia da entrevista, sendo esse critério avaliado por uma psicóloga vinculada ao projeto. O número de participantes foi definido seguindo a saturação, que consiste no interrompimento na adição de novas participantes na medida em que as informações começam a se repetir, não mais alterando a compreensão do fenômeno.

A aproximação das mulheres se deu através de um telemonitoramento que tinha por objetivo monitorar casos, fatores associados e impactos da Covid-19 em mulheres e homens com direitos violados. O convite para participar da pesquisa foi por meio de contato telefônico de pesquisadoras que possuem experiência no estudo da violência. Os objetivos do estudo, possíveis riscos de desconforto emocional e direitos de não participar da pesquisa sem nenhum prejuízo foram esclarecidos às participantes, respeitando os princípios da bioética em saúde contidos na resolução 466/2012. Àquelas que aceitaram assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Destaca-se que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob o parecer n. 4.933.325.

A coleta de dados ocorreu entre setembro e novembro de 2021 através de entrevista realizada por aplicativo de reunião virtual, sendo guiada por formulário semiestruturado com questões fechadas para compor a caracterização sociodemográfica e a seguinte pergunta norteadora: Você percebeu alguma mudança no comportamento de sua(eu) filha(o) depois do processo judicial por violência? As entrevistas foram gravadas, mediante autorização e, posteriormente, convertidas para a versão escrita com apoio do Microsoft Word.

Os dados foram organizados por meio da análise de conteúdo temático, proposto por Bardin. Esta consiste na aplicação de um conjunto de técnicas divididas em três etapas: pré análise; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos e interpretação¹⁰. A primeira fase, é caracterizada pela organização do material, com leitura de primeiro plano das entrevistas, aproximando os objetivos iniciais da pesquisa. Na fase de exploração do material, há a formulação das hipóteses e a construção dos indicadores para a análise final. A terceira fase engloba a transformação dos resultados brutos em categorias¹⁰. Para a etapa de categorização, considerou como repercussões emocionais as experiências que surgem de caráter afetivo e que geram alterações psicológicas; como repercussões

comportamentais, a expressão dessa emoção e como repercussões psíquicas, as emoções que resultaram em sofrimento e alterações fisiológicas.

RESULTADOS

Esta pesquisa foi realizada com oito mulheres/mães na faixa etária de 29 a 39 anos majoritariamente autodeclaradas negras, evangélicas, solteiras e com ensino médio completo. Cinco delas declararam renda inferior a dois salários-mínimos, duas referiram estar desempregadas e uma fazendo estágio. No momento da entrevista, as mulheres tinham de seis meses a um ano e meio de separadas, tendo convivido com o pai das crianças e adolescentes de 7 a 15 anos e, na sua maioria, tinha um único filho, cuja idade variava entre 5 e 15 anos. Como resultados das entrevistas emergiram três categorias: Repercussões Emocionais, Repercussões Comportamentais e Repercussões Psíquicas, conforme Figura 1.

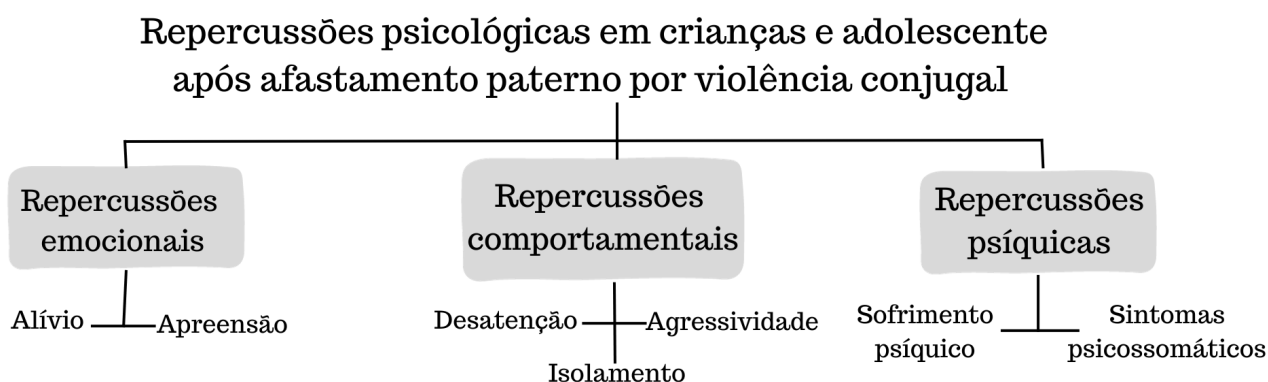


Figura 1 – Esquema ilustrativo das repercussões psicológicas divididos em categorias.

Repercussões Emocionais

Alívio sentido após afastamento paterno

O estudo revelou que ocorreram mudanças nos sentimentos e comportamento dos filhos após a saída paterna, em alguns momentos este fato parece deixar o ambiente mais confortável para as crianças, deixando-as mais soltas. O que se apresenta na leveza e alegria, o que remete a uma sensação de alívio.

Depois que o pai do meu filho foi embora ele ficou mais alegre, mais solto. Antes de tudo aquilo acontecer conosco ele se sentia mais retraído, se sentia sufocado. Ele fala que hoje está respirando porque não gostava do modo que o pai nos tratava (M6, filho – 15 anos)

O comportamento dos meus filhos melhorou depois da separação, eles conversam mais comigo (M8, filho – 8 anos, filha – 12 anos)

Apreensão pela presença do pai

Em outros momentos os infantes evidenciam um sentimento de apreensão, isso porque com a saída do pai a situação de violência se intensifica. Esta é especificada pelo medo de ficar sozinha(o) e de sair aos lugares frequentados pelo pai.

Depois da separação, meu ex-marido invadiu nossa casa, meu filho ficou com muito medo [...] ele não vai sozinho nem até o portão e só quer sair comigo (M1, filho – 6 anos)

Após a separação, o pai do meu filho pegou ele sem o meu consentimento e desde então a criança tem medo do genitor. Quando passamos em locais que o pai já esteve antes, meu filho tem medo dele estar ali e querer me matar (M7, filho – 6 anos)

Repercussões Comportamentais

Desatenção expressa no dia a dia sem a presença do pai

Imbuídos neste contexto, os infantis juvenis na percepção das mães demonstram desatenção expressa também pela agitação e pelo olhar perdido. Além disso, as crianças/adolescentes diminuíram a interação social que no estudo é evidenciada pela comunicação restrita acerca das lembranças paternas.

Quando o pai saiu de casa, percebi que meu filho ficou desatento e agitado: ele caminhava o tempo todo, se batia e quebrava as coisas por onde passava (M4, filha – 8 anos e filho -13 anos)

Minha filha ficava com o olhar perdido. Quando ela ver alguma coisa que lembra o pai, me fala, mas depois volta a ficar no mundo dela (M3, filha – 9 anos)

Agressividade na interação com o outro

Outro aspecto evidenciado na pesquisa foi a agressividade, que se manifestou no comportamento dos infantes, em especial na escola, com seus pares e, sobretudo, quando se trata de ofensas a meninas.

No começo da separação, minha filha mudou e começou a usar palavras e gestos agressivos [...] com picos de agressividade (M3, filha – 9 anos)

Meu filho mais velho tornou-se agressivo após a separação, principalmente na escola. Quando ele presencia uma menina sendo destrutada, ele age como defensor e parte para cima para bater nos colegas (M2, filhos – 6 e 7 anos)

Isolamento como mecanismo de defesa

Este estudo evidencia ainda que, com o afastamento paterno, as(os) filhas(os) preferem ficar sozinhas(os), adotando assim um comportamento de isolamento o qual tem se intensificado com o passar do tempo. Essa situação se soma a não verbalização da situação experienciada e implica na saúde uma vez que também não se alimentam adequadamente. Estes construtos citados estão expressos nas falas a seguir:

Após o afastamento do pai, percebo meus filhos muito calados, não gostam de falar do que viveram nem com os outros, nem comigo, se isolam e ficam muito na deles (M7, filho – 6 anos)

Com a saída do pai, ela passou a brincar sozinha, ficar isolada no canto. Antes não era assim, isso vem piorando. [...] ela não come direito e por isso emagreceu (M5, filha – 5 anos)

Repercussões Psíquicas

Sofrimento Psíquico expresso através da depressão e comportamento suicida

O discurso relatado pelas mães revela que o afastamento paterno somado às experiências anteriores de violência ocasiona adoecimento mental, inclusive levando a quadro de transtornos como a depressão. Este pôde ainda ser percebido pela ideação e comportamento suicida praticado pelas(os) filhas(os).

Meu filho tem os momentos dele de depressão, às vezes diz que tem vontade de morrer e não quer mais viver (M6, filho – 15 anos)

Depois de tudo que vivemos antes e ainda hoje com as ameaças, meu filho tem ideias suicidas. Ele já amarrou um lençol no pescoço, sentou na janela e disse que ia se matar (M4, filha – 8 anos, filho – 13 anos).

Sintomas psicossomáticos apresentados através da enurese noturna e diarreia

O estudo ainda revela que o afastamento paterno ocasionou em sintomas psicossomáticos, repercutindo no corpo o sofrimento da alma, gerando impactos na saúde física das crianças e adolescentes, expresso através das necessidades fisiológicas em decorrência do estado emocional debilitado após o afastamento paterno. Conforme narrativas a seguir:

Meu filho passou um tempo fazendo xixi na cama após a separação (M1, filho – 6 anos)

Meu filho não podia sair para lugar nenhum que dava diarreia de medo [...] foi um tempo muito complicado. Quando eu saía com ele, levava várias roupas na bolsa, porque ele defecava toda hora. Ele dizia que sair era ruim (M7, filho – 6 anos)

DISCUSSÃO

Na percepção das mães, suas/seus filhas (os) expressaram sensação de alívio e alegria pelo afastamento paterno das relações conflituosas. Esses sentimentos se revelaram através da mudança do comportamento das/dos crianças/adolescentes que outrora apresentavam-se retraídas (os) e mencionavam se sentir sufocadas (os). Estudo com adolescentes escolares trouxe narrativas de sentimentos de tristeza e isolamento durante a vivência de violência intrafamiliar¹¹.

Essas sensações de sufocamento, se traduzem em cansaço mental, no qual a energia pulsional está direcionada a um objeto, levando a uma desestruturação ou estruturação do ego, a depender da condução dada pelo indivíduo¹². O alívio expresso pelas crianças/adolescentes pode então ser atribuído à probabilidade de felicidade advinda da ruptura da interação conjugal, antes permeada por conflitos, que lhes traziam sofrimento indireto ou direto. Estudos mostram que crianças precisam de um ambiente harmonioso e acolhedor, estando a criança no local estressante e conflituoso, este se configura como não benéfico para o desenvolvimento dos infantojuvenis¹³.

Essas modificações demonstradas no comportamento das crianças e adolescentes, além de ocasionar sentimentos positivos, também repercutiu na melhora da relação entre mãe e filha(o). Estudo que reuniu dados de Boston, Chicago e Santo Antônio mostrou que durante a exposição à violência, as mulheres apresentaram maiores índices de estresse parental, o que por sua vez culminou em um desinteresse no relacionamento com as(os) filhas(os)¹⁴. Destaca-se que a interação social, associada ao apoio familiar e dos pares, contribui para aquisição da individualidade e identidade das crianças e adolescentes, além disso, o fortalecimento dos vínculos familiares potencializa o desenvolvimento psíquico saudável. Deste modo, após a saída paterna e cessação da violência rotineira no ambiente doméstico, as crianças/adolescentes sentem-se com maior liberdade para dialogar com suas mães, o que influencia na formação do indivíduo e conseqüentemente na sua maneira de interagir com o mundo.

Apesar do afastamento paterno ainda existem situações em que os cônjuges mantêm contato com as crianças e estas convivências são permeadas por violências e agressões verbais. Estudo na Hungria mostrou que a visitação às(aos) filhas(os), por pais separados no contexto de violência, pode significar a perpetuação dos abusos conjugais, sendo esses encontros utilizados como meios para manter o controle sobre a ex-companheira através de agressões verbais e alienação parental¹⁵. Deste modo, diversos comportamentos assumidos pelos pais após o afastamento como forma de retaliação, principalmente direcionado às mulheres, ocasionam nas (os) filhas(os) sentimento de medo, como evidenciam as falas. Neste estudo, as mães relataram que suas/seus filhas(os) passaram por situações como invasão da casa e rapto, o que potencialmente pode ter acentuado a apreensão por se tratar de violências extremas. Os comportamentos assumidos pelas crianças e adolescentes coadunam com aqueles apresentados por pessoas que possuem transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), como a hipervigilância e a rememoração das situações vividas, sendo estas reações emocionais às experiências de violência¹⁶. Embora as falas não sejam determinantes de

TEPT, há de considerar uma investigação dos comportamentos assumidos pelos infantojuvenis a fim de intervir de maneira mais precoce possível, visando sempre a estruturação egóica do sujeito.

Além desses sentimentos associados à saída paterna, outros comportamentos foram observados pelas mães, como a desatenção, agitação e olhar perdido. Na literatura estes comportamentos se aglutinam como características da distração, definida pela superconcentração ativa direcionada a um conteúdo ou objeto, mas sem reflexão desse ato e com dificuldades de perceber seu entorno¹⁷. Esses sentimentos podem estar associados a todo contexto de dinâmica familiar; de experiências que provocam fragilidade no desenvolvimento cognitivo; da violência que provoca o estresse pós-traumático. E essas consequências deste ambiente violento podem repercutir trazendo adversidades na vida escolar, social e adulta dos infantis¹⁸. Situação semelhante foi observada em estudo realizado em Ribeirão Preto com crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos que demonstraram diminuição no rendimento escolar devido a rupturas na dinâmica familiar¹⁹.

Aliado a isto, também se insere a agitação referida pelas mães, que é um elemento indicador da inquietação emocional vivenciada por estes indivíduos, evidenciando que o acúmulo de pensamentos e o distanciamento da realidade pode representar formas de lidar com a vivência. A literatura mostra que para se adaptar às adversidades é necessária uma flexibilidade mental, comportamental e ajustamento a demandas externas e internas, situação que pode estar gerando intensa demanda¹². Portanto, em meio a agitação sentida pelos infantes, é *sine qua non* acolher, informar e orientar para possibilitar um comportamento que contribua nesse processo de flexibilidade mental, considerando que a criança possui baixa habilidade cognitiva²⁰.

Deste modo, ocorrendo a ausência dessa habilidade mental, o infante pode experimentar dificuldades em estabelecer mudanças de pensamentos que sejam capazes de traçar novos caminhos, podendo estes obstáculos culminarem em um comportamento de agressividade, como evidencia este estudo. Tal agressividade foi expressa através de gestos e palavras, demonstrando uma incapacidade de lidar com o conflito de maneira funcional. Nesse contexto, é importante aumentar a capacidade da criança de lidar com as adversidades e propiciar um ambiente onde ela possa desenvolver habilidades sociais que sejam protetivas²¹.

Segundo as narrativas maternas, as(os) filhas(os) estão reproduzindo o comportamento violento com os pares na escola. Possivelmente este aspecto pode guardar relação com o testemunho dos conflitos que se perpetuam mesmo após o afastamento, culminando no aprendizado da violência enquanto forma de se relacionar. Destaca-se que no ambiente doméstico a relação se dava de forma verticalizada, ressaltando o poder do adulto sobre a criança/adolescente, situação que não permitia defesa, já no ambiente escolar a relação horizontalizada pode facilitar a adoção dos comportamentos violentos²².

Essa compreensão pode se perpetuar ao longo das suas interações sociais ocasionando a formação de novos agressores. Estudo realizado com homens autores de violência mostra que a vivência da violência doméstica na infância colaborou para que hoje eles fossem perpetradores da mesma, inclusive assumindo comportamentos semelhantes aos realizados por seus pais²³. A transgeracionalidade da violência é um fenômeno que tem raízes na construção social e que vulnerabiliza homens e mulheres, suscetibilizando relações desarmônicas e conflituosas.

As mães relataram perceber isolamento dos seus filhos após o afastamento paterno uma vez que as crianças pararam de conversar com ela e brincam sozinhos. Este isolamento social referido pelo distanciamento dos familiares e amigos caracterizam um quadro de incertezas e momentos de interiorização. Pesquisa vem estudando as formas de lidar com a evitação, que se caracteriza pelo distanciamento que se assume das relações com os outros, como uma tentativa de negar a ocorrência dos fatos²⁴. Deste modo, as crianças e adolescentes do nosso estudo podem assumir o isolamento como forma de não aceitação da saída do pai de casa. Apesar de entre os cônjuges ter a

perspectiva da violência doméstica, a presença do pai para criança é muito simbólica e representativa, o significado da presença do pai ainda traz aspectos importantes para a vida e formação da criança⁴. No não exercício da paternidade, o infantojuvenil pode se sentir desprotegido, desamparado, inseguro e triste, e estes elementos podem ser precipitadores de depressão, como tem sido expresso neste estudo pelo isolamento. Corroborando, pesquisa realizada na região sudeste do Brasil com 22 crianças entre seis a onze anos que vivenciava o processo de divórcio e/ou disputa de guarda, demonstram que as situações de brigas e afastamento paterno deixaram as crianças com sentimentos de tristeza, culpa e abandono²². Além disso, a não verbalização do vivido ou dos seus sentimentos pode gerar danos emocionais e potencializar o sofrimento.

Desta forma, as mães identificaram que a saída paterna ocasionou intenso sofrimento à prole, no qual expressaram pensamentos de tirar a própria vida. A ideação suicida é um fator de risco para o suicídio e estes pensamentos podem ocorrer devido a depressão grave e incapacidade de ver a solução para seu problema¹⁸. Deste modo, pode ser compreendida como saída para aliviar o sofrimento devido a angústia recorrente que vivenciam. Em outro estudo de âmbito nacional destaca um aumento do suicídio na faixa etária de 15 a 24 anos destacando a falta de suporte dos parentes e à violência como fatores relacionados a este evento²⁵. Considerando que estes são os construtos envolvidos na vida das crianças e adolescentes desta pesquisa, percebe-se que é exacerbado o sofrimento sentido e o risco que estes apresentam para o comportamento suicida.

A permanência nesse sofrimento pode acarretar traumas, fazendo com que estes infantes desenvolvam sinais e sintomas depressivos, que se apresenta em resposta a interação com o ambiente disfuncional, por estarem sozinhos mergulhados nos próprios pensamentos. Em um estudo feito no Rio Grande do Sul com quatro crianças que experienciavam o acordo de guarda compartilhada, estas demonstraram a predominância de solidão e tristeza²⁶. Envoltos nos pensamentos, os infantes podem desenvolver planos e chegar a tentativas de suicídio como observado na declaração das mães, que o filho se utilizou de um meio para se matar. Diante disso, urge implementar meios que possibilitem o exercício da parentalidade mesmo com a dissolução do casal conjugal e criar estratégias de enfrentamento, espaços de acolhimento, para que as crianças e adolescentes que sofrem devido aos resultados dos conflitos entre os pais sejam resguardados e protegidos.

Os impactos de ordem psicológica, narrados pelas mães, também foram percebidos no corpo das crianças e adolescentes. Este fenômeno psicossomático ocorre devido a fragilidade e a não capacidade de representar psiquicamente as vivências, descarregando no corpo o trauma instaurado²⁷. Percebeu-se em uma pesquisa elaborada na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, que os adolescentes que vivenciaram situações traumáticas apresentam 1,2 mais chances de desenvolver transtornos mentais²⁸. Essa realidade aumenta a busca pelos serviços de saúde com a finalidade de resolver problemas físicos, mas que possuem base psicológica, o que reforça a importância dos serviços estarem atentos aos sinais de violência e com profissionais preparados para identificar o agravo²⁹.

Em que pese limite-se por não ter dado vozes aos pais e as crianças e adolescentes, não ter utilizado outros métodos, como pesquisa quantitativa, na qual poderia ser utilizado instrumentos validados e estudo longitudinal, o estudo pode contribuir no fortalecimento do cuidado psicológico de crianças/adolescentes que experienciaram a violência, munindo profissionais de subsídios para traçar estratégias preventivas.

CONCLUSÃO

O estudo revela que, após o afastamento paterno decorrente de medida protetiva às mães com história de violência conjugal, crianças e adolescentes apresentam repercussões de ordem emocional, comportamental e psíquica. As narrativas maternas apontam que ao passo em que as(os)

filhas(os) sentem alívio pelo afastamento paterno, tornam-se apreensivas(os) com a possibilidade de reaproximação e possibilidade de novas agressões.

Este fato possivelmente fez com que as crianças e adolescentes desenvolvessem a desatenção como fuga para não pensar sobre o ocorrido, gerando com isso a agressividade com os pares e o isolamento. Como não encontram solução sozinhos, acabam sofrendo em silêncio e somatizando a experiência vivida, expressa, por exemplo, por sintomas de depressão, diarreia e enurese noturna.

Deste modo, salienta-se a necessidade de fornecer suporte emocional às mães de modo que estas exerçam a parentalidade e auxiliem na ressignificação do vivido por essas crianças e adolescentes. Nesse sentido, profissionais de saúde são de suma importância para estarem atentos às demandas de saúde de crianças e adolescentes oriundas de situações de violência para, além do visível, auxiliarem na rede de enfrentamento a mitigar os sofrimentos vividos por estes infantes.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos. Painel de dados [Internet]. Brasília; 2020 [acesso 2021 Jul 17]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>
2. Araújo MC, Pereira NP, Silva KKA, Ortiz MCW, Magalhães JRF, Santos JDFL, et al. Crianças e adolescentes no contexto da pandemia: a interface com a violência intrafamiliar. *Saúde Colet (Barueri)* [Internet]. 2021 [acesso 2022 Nov 26];11(65):6270-9. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1612>
3. Brasil. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [Internet]. Brasília: Diário Oficial da União; 2006 [acesso 2022 Nov 26]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
4. Oliveira MAS, Estrela FM, Gomes NP, Santos JRL, Santos JDFL, Silva AF, et al. Implicações para homens do afastamento do(a) filho(a) devido medida protetiva de urgência. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2022 [acesso 2022 Nov 26];35:eAPE03427. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO03427>
5. Kaap-Deeder JVD, Soenens B, Mabbe E, Dieleman L, Mouratidis A, Campbell R, et al. From daily need experiences to autonomy-supportive and psychologically controlling parenting via psychological availability and stress. *Parenting* [Internet]. 2019 [acesso 2022 Nov 26];19(3):177-202. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15295192.2019.1615791>
6. Frosch CA, Schoppe-Sullivan SJ, O'Banion DD. Parenting and child development: A relational health perspective. *Am J Lifestyle Med* [Internet]. 2021 [acesso 2022 Nov 26];15(1):45-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1559827619849028>
7. Rothenberg WA, Ali S, Rohner RP, Lansford JE, Britner PA, Giunta LD, et al. Effects of parental acceptance-rejection on children's internalizing and externalizing behaviors: A longitudinal, multicultural study. *J Child Fam Stud* [Internet]. 2022 [acesso 2022 Nov 26];31(1):29-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10826-021-02072-5>
8. Farrow VC, Bosch J, Crawford JN, Snead C, Shulkin J. Screening for history of childhood abuse: Beliefs, practice patterns, and barriers among obstetrician-gynecologists. *Womens Health Issues* [Internet]. 2018 [acesso 2022 Nov 26];28(6):559-68. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.whi.2018.09.001>
9. Altafim ER, Linhares MB. Programa de Parentalidade: da evidência científica para a implementação em escala. *Rev Bras Avaliação* [Internet]. 2022 [acesso 2022 Nov 26];11(3):e111122. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202211011>
10. Bardin L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2016.
11. Magalhães JRF, Gomes NP, Estrela FM, Silva AF, Carvalho RMS, Pereira A. Significado de la dinámica familiar por hombres que reprodujeron la violencia doméstica. *Acta Paul Enferm*

[Internet]. 2021 [acesso 2022 Nov 26];34:eAPE00803. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO00803>

12. Parsafar P, Fontanilla FL, Davis EL. Emotion regulation strategy flexibility in childhood: When do children switch between different strategies? *J Exp Child Psychol* [Internet]. 2019 [acesso 2022 Nov 26];183:1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2019.01.004>
13. Jeong HJ, Moore TM, Durham EL, Reimann GE, Dupont RM, Cardenas-Iniguez C, et al. General and specific factors of environmental stress and their associations with brain structure and dimensions of psychopathology. *Biol Psychiatry* [Internet]. 2022 [acesso 2022 Nov 26];3(3):480-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bpsgos.2022.04.004>
14. Sypher I, Gershoff ET, Hyde LW. Intimate partner violence and parenting: Examining the roles of parenting stress, timing, and maternal abuse history. *J Fam Viol* [Internet]. 2022 [acesso 2022 Nov 26];37:261-73. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10896-021-00265-6>
15. Galántai J, Ligeti AS, Wirth J. Children exposed to violence: Child custody and its effects on children in intimate partner violence related cases in Hungary. *J Fam Viol* [Internet]. 2019 [acesso 2022 Nov 26];34:399-409. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10896-019-00066-y>
16. Paula GGM de, Santos AJ. Memória e transtorno do estresse pós-traumático (TEPT): narrar histórias e ressignificar a história autobiográfica. *Rev Latino-Am Psicopatol Fundam* [Internet]. 2022 [acesso 2022 Nov 26];25(4):690-713. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/WFMWRCTdnKgXRb7vfj6sjkM/>
17. Woodward EC, Viana AG, Trent ES, Santos AJ. Emotional nonacceptance, distraction coping and PTSD symptoms in a trauma-exposed adolescent inpatient sample. *Cogn Ther Res* [Internet]. 2020 [acesso 2022 Nov 26];44:412-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10608-019-10065-4>
18. Correia CM, Gomes NP, Diniz NMF, Andrade ICS de, Romano CMC, Rodrigues GRS. Child and adolescent violence: Oral story of women who attempted suicide. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2019 [acesso 2022 Nov 26];72(6):1450-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0814>
19. Souza LB, Panúncio-Pinto MP, Fiorati RC. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cad Bras Ter Ocup* [Internet]. 2019 [acesso 2022 Nov 26];27(2):251-69. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812>
20. Casali-Robalinho IG, Del Prette ZAP, Del Prette A. Habilidades sociais como preditoras de problemas de comportamento em escolares. *Psicol: Teor Pesq* [Internet]. 2015 [acesso 2022 Nov 26];31(3):321-30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-37722015032110321330>
21. Lima CB. Violência juvenil: O desafio das práticas restaurativas no espaço escolar. *Rev Bras Pol Adm Educ* [Internet]. 2020 [acesso 2022 Nov 26];36(2):731-49. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol36n22020.94695>
22. Abreu CD, Silva LDL, Silva LM. Divórcio dos pais: sentimentos e percepções das crianças. *Semina: Cienc Soc Hum* [Internet]. 2020 [acesso 2022 Nov 26];41(1):19-32. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/38186>
23. Lírio JG dos S, Gomes NP, Paixão GP do N, Pereira Á, Magalhães JRF, Cruz MA da, et al. Abuso intrafamiliar na infância de homens em processo criminal por violência conjugal. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2018 [acesso 2022 Nov 26];31(4):423-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201800059>
24. Skinner EA, Edge K, Altman J, Sherwood H. Buscando a estrutura de enfrentamento: Uma revisão e crítica dos sistemas de categoria para classificar formas de enfrentamento. *Bol Psicol* [Internet]. 2016 [acesso 2022 Nov 26];129(2):216-69. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/10.1037/0033-2909.129.2.216>

25. Brasil. Ministério da Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. *Bol Epidemiol* [Internet]. 2021 [acesso 2022 Nov 26];52(33):1-10. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf
26. Campeol, AR, Pereira, CRR. Divórcio no contexto de guarda compartilhada: o olhar das crianças. *Pen Fam* [Internet]. 2021 [acesso 2023 Jun 27];25(2):195-207. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200014&lng=pt&tlng=pt
27. Lemos SC, Chatelard DS, Tarouquella KC. Psicossomática e trauma: o sujeito frente ao irrepresentável. *Est Cli* [Internet]. 2021 [acesso 2023 Jun 27];26(3):584-95. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v26i3p584-595>
28. Gruenewald PJ, Mair C. Heterogeneous dose-response analyses of alcohol abuse and dependence. *Alcohol Clin Exp Res* [Internet]. 2019 [acesso 2023 Jun 27];43(2):299-308. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/acer.13940>
29. Lettiere-Viana A, Baraldi NG, Carlos DM, Fumincelli L, Costa LCR, Castro PC de. Coping strategies for violence against children, adolescents and women in the context of social isolation due to covid-19: Scoping review. *Texto Contexto Enferm* [Internet]. 2021 [acesso 2023 Jun 27];30:e20200443. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0443>

NOTAS

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da dissertação – Implicações do afastamento paterno em decorrência do processo judicial por violência conjugal para crianças e adolescentes, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Universidade Federal da Bahia, em 2022.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo: Santos JDFL, Gomes NP, Cruz MA, Silva KKA.

Coleta de dados: Santos JDFL, Gomes NP, Cruz MA, Silva KKA.

Análise e interpretação dos dados: Santos JDFL, Gomes NP, Cruz MA, Whitaker MCO, Mauricio MDALLD, Silva KKA, Ferreira MB.

Discussão dos resultados: Santos JDFL, Gomes NP, Cruz MA, Whitaker MCO, Mauricio MDALLD, Silva KKA, Ferreira MB.

Redação e/ou revisão crítica do conteúdo: Santos JDFL, Gomes NP, Cruz MA, Whitaker MCO, Mauricio MDALLD, Silva KKA, Ferreira MB.

Revisão e aprovação final da versão final: Santos JDFL, Gomes NP, Cruz MA, Whitaker MCO, Mauricio MDALLD, Silva KKA, Ferreira MB.

FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, parecer nº 4.933.325/2021, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética pela Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

EDITORES

Editores Associados: Laura Cavalcanti de Farias Brehmer, Maria Lígia dos Reis Bellaguarda.

Editor-chefe: Elisiane Lorenzini.

HISTÓRICO

Recebido: 17 de março de 2023.

Aprovado: 30 de junho de 2023.

AUTOR CORRESPONDENTE

Joana D'arc Ferreira Lopes Santos

joana.cia1@gmail.com

